

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO DO ESTUDO DE VIABILIDADE AMBIENTAL

SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTA – SEUMA

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO – COL/ CÉLULA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – CELAM

As instruções técnicas contidas no presente documento possuem como objetivo fornecer as informações básicas do empreendimento em análise, visando à concessão de seu Licenciamento.

O presente estudo deverá ser elaborado de forma a atender integralmente as informações referentes às diretrizes estabelecidas na Lei Complementar nº 0208 de 15 de julho de 2015 e as modificações promovidas pela Lei Complementar nº 0235 de 28 de junho de 2017 e Resolução CONAMA nº 237/97, bem como da Lei Complementar nº 062/2009 – PDPFOR, Lei Complementar nº 236/2017 – LPUOS e a Lei Complementar Nº 0270 de 02 de agosto de 2019 – Código da Cidade.

Observação: Em qualquer fase do licenciamento, havendo necessidade, o órgão ambiental poderá solicitar informações adicionais caso seja detectado incoerências e/ou mesmo que o estudo não contemple o exigido

1. INTRODUÇÃO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

- Nome ou Razão Social;
- CNPJ;
- Endereço;
- Nome do Representante Legal;
- CPF;
- Telefone;
- E-mail.

1.2 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

- Nome e/ou Razão Social;
- CNPJ e/ou RNP;
- Formação Profissional;
- Nº ART do Estudo (Especificando claramente as atividades desenvolvidas para subsidiar a confecção do EVA);
- Nº do Cadastro Técnico Municipal, emitido pelo Fortaleza Online;
- Endereço;
- Telefone;
- E-mail.

1.3 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO OU ATIVIDADE

- Informar a localização (endereço completo);
- Descrever a solução de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;
- Descrever a natureza e o porte do empreendimento, indicando a área total em metros quadrados (m²) requeridos para o licenciamento ambiental, com plotagem sobre a base cartográfica do

Macrozoneamento de Ocupação Urbana constante no Plano Diretor Participativo de Fortaleza – PDPFOR (Lei Complementar nº 062/2009) e a classificação da Atividade conforme Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar nº 236/2017);

- Localização da Atividade Transformadora (AT) e suas Intervenções Ambientais (IA) na peça gráfica de zoneamento de Fortaleza, indicando todos os dados e elementos pertinentes à elaboração do projeto, tais como: os canais naturais e artificiais de escoamento das águas superficiais, etc.;
- Local de instalação do canteiro de obras;
- Alternativas Locacionais;
- Memorial descritivo detalhado da atividade, identificando todas as gerações e os tratamentos que serão dados às emissões atmosféricas, hídricas e de resíduos sólidos;
- Especificações técnicas de todos os equipamentos que serão utilizados no processo;
- Plano de recuperação das áreas, que porventura venham a ser degradadas por ocasião da implantação do empreendimento;
- Procedimentos necessários para limpeza da área (se houver);
- Cronograma de implantação do empreendimento.

2. METODOLOGIA

2.1. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA ÁREA

As informações a serem abordadas neste item devem propiciar uma caracterização ambiental da área diretamente afetada (ADA), da área de influência direta (AID) e indireta (AII) do empreendimento, refletindo as condições atuais dos meios físico (geologia, solo, corpos hídricos, no contexto local e urbano), biótico (caracterização das espécies da vegetação e da fauna) e socioeconômico (análise regional da população tendo como referência os bairros).

As informações referentes ao meio físico deverão ser ilustradas em mapa básico de localização e contexto ambiental; as do meio biótico deverão constar em registros fotográficos; e o socioeconômico poderá ser representado por tabelas e/ou mapas. Recomenda-se ainda:

- Delimitar as áreas de influência direta (com ênfase na circunvizinhança) e indireta do empreendimento;
- Geomorfologia da área;
- Caracterização geológica e geotécnica;
- Caracterização dos solos na região;
- Caracterização da flora e da fauna;
- Recursos Hídricos;
- Localização e principais vias de acesso à área do empreendimento, com referência aos principais centropolarizadores da região;
- Caracterização da infraestrutura urbana existente;
- Demonstrar a compatibilidade do empreendimento com a legislação ambiental vigente -

Municipal, Estadual e Federal - mapeando as restrições à ocupação;

- Planos e Projetos Co-localizados;
- Viabilidade econômica;
- Viabilidade técnica para implantação do projeto proposto;
- Relatório fotográfico, contendo na legenda as coordenadas e a descrição do local fotografado.

2.2. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

- Apresentação da análise (identificação, valoração e interpretação) dos prováveis impactos ambientais das fases de planejamento, implantação e operação do empreendimento, determinado e justificados nos horizontes de tempo, considerando: impactos diretos e indiretos; benéficos e adversos, temporários, permanentes e cíclicos, a médio e longo prazos, reversíveis e irreversíveis, sinérgicos e cumulativos;
- Análise dos impactos sobre os meios físico, biótico e socioeconômico, localizada na área de atuação do empreendimento;
- Deverá ser apresentada, ainda, a metodologia empregada nos estudos e análises.

2.3. PROGRAMA DE CONTROLE E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Apresentação dos programas de acompanhamento da evolução dos impactos ambientais benéficos e adversos, causados pelo empreendimento nos sistemas terra, água e ar, considerando as fases do planejamento, instalação e operação. Apresentar no mínimo os seguintes planos com cronograma estimado de execução:

- 2.3.1 Plano de Compensação Ambiental;
- 2.3.2 Plano de Proteção ao Ambiente de Trabalho;
- 2.3.3 Plano de Proteção aos Recursos Hídricos (quando houver);
- 2.3.4 Plano Paisagístico;
- 2.3.5 Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos da Construção Civil e de Demolição;
- 2.3.6 Projeto de Tratamento e Disposição Final dos Resíduos Gerados na ETE (quando houver).

2.4 MEDIDAS MITIGADORAS E CONTROLE AMBIENTAL

- Apresentar os mecanismos de acompanhamento e controle da evolução dos impactos ambientais, positivos e negativos, ocasionados pelo empreendimento, considerando as fases de planejamento, implantação e operação;

- Detalhar as medidas que visem mitigar ou atender aos impactos adversos identificados ou previsíveis;
- Apresentar quadro - síntese, relacionando os impactos com as medidas propostas e cronograma de execução, indicando os responsáveis pela implementação das referidas medidas.

2.5 REBAIXAMENTO DO LENÇOL FREÁTICO

- Caso seja necessário o rebaixamento do lençol freático para implantação do empreendimento, deverá atender o disposto nos artigos 89 e 90 da Lei Complementar N° 270 de 02 de Agosto de 2019 - Código da Cidade do Município de Fortaleza, bem como deverão ser apresentados estudos e documentação complementar:
 - ✓ Apresentar Teste de Sondagem com indicação do lençol freático;
 - ✓ Especificar se o rebaixamento e, portanto, o lançamento de águas, será temporário ou contínuo/permanente. No caso de rebaixamento contínuo, apresentar proposta adequada de reúso ou realimentação do aquífero;
 - ✓ Informar a destinação das águas de rebaixamento de lençol freático, considerando que não é permitido o lançamento, temporário ou contínuo, na rede coletora de esgotos da concessionária dos serviços de água e esgoto;
 - ✓ Prever medidas de operação, prevenção e contingência em caso de acidentes.

Obs.:

Art.89 O processo de rebaixamento do lençol freático deverá preservar as características geológicas do terreno e do seu entorno, e resguardar a segurança das edificações vizinhas.

Art.90 O volume de água proveniente do rebaixamento do lençol freático deverá ter, preferencialmente, a função de realimentar o aquífero, e nos casos onde não é possível tecnicamente a realimentação do aquífero, é vedado o descarte em galerias pluviais, permitindo o seu bombeamento e armazenamento do volume de água para fins de aguação das áreas verdes do empreendimento ou áreas públicas situadas em sua proximidade ou outros usos indicados no estudo ambiental.

3. LEGISLAÇÕES PERTINENTES, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- Apresentar as conclusões técnicas do estudo, ressaltando as possíveis medidas mitigadoras (adequações físicas) realizadas e/ou ações necessárias para que o empreendimento mantenha sua conformidade com os parâmetros legais.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Deverão ser relacionadas às referências bibliográficas consultadas para a realização do Estudo de Viabilidade Ambiental, incluindo a citação das fontes pesquisadas (textos, desenhos, mapas, gráficos, tabelas, fotografias, etc.).

5. ANEXOS

- Anexar ao estudo a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável técnico pela elaboração do estudo;
- Anexar cópia do Cadastro Técnico Municipal, emitido pelo Fortaleza *Online*;
- Anexar registro fotográfico;
- Anexar documentação considerada necessária.